

EMENDA Nº - CMMPV 1290/2025
(à MPV 1290/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“**Art.** O inciso XVI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1943, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, passa a vigorar acrescido do seguinte item d:

‘**Art. 20.**’

XVI –’

d) independente de decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública no local, quando houver danos materiais causados à moradia familiar, desde que devidamente comprovado.’ (NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A emenda propõe a inclusão da possibilidade de o cidadão ter acesso ao seu FGTS por necessidade pessoal, cuja urgência e gravidade decorra de desastre natural (inciso XVI), independente de decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública, sempre que houver danos materiais causados à moradia familiar, desde que devidamente comprovado.

A medida visa proteger os cidadãos que enfrentam dificuldades por danos causados em suas residências. A inclusão da modalidade de saque busca assegurar suporte financeiro ao cidadão em situações adversas, como desabamentos ou inundações localizadas, que resultem em danos à moradia. A proposta reconhece a moradia como



direito fundamental, protege o patrimônio do trabalhador e contribui para a recuperação da qualidade de vida familiar.

Assim pedimos apoio para a aprovação da emenda.

Sala da comissão, 6 de março de 2025.

Deputado Aureo Ribeiro
(SOLIDARIEDADE - RJ)

